



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
4ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 5ª (QUINTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 4ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 24 (*vinte e quatro*) dias do mês de julho do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 13h 30min. (*treze horas e trinta minutos*), após verificado o quorum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 5ª (*quinta*) Sessão Ordinária Virtual da 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. José Augusto Teixeira. Presentes à Sessão os Conselheiros(as) IVETE MAURÍCIO DE LIMA, MICHEL ANDRÉ BEZERRA LIMA GRADVOHL, DALCÍLIA BRUNO SOARES, FREDY JOSÉ GOMES DE ALBUQUERQUE, JOSÉ OSMAR CELESTINO JÚNIOR e FERNANDO AUGUSTO DE MELO FALCÃO. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. RAFAEL LESSA COSTA BARBOZA. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente passou à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/5151/2017 – Auto de Infração: 1/201712941. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: SHOULDER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECCÕES LTDA. Relatora: Conselheira IVETE MAURÍCIO DE LIMA. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário e em razão de não acolher a decisão declaratória de nulidade proferida em 1ª Instância, resolve determinar o **retorno do processo à instância originária** para a realização de novo julgamento, tal como estabelece o artigo 85 da Lei nº 15.614/14, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/5062/2017 – Auto de Infração: 1/201712950. Recorrente: SHOULDER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECCÕES LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: Conselheiro FREDY JOSÉ GOMES DE ALBUQUERQUE. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para decidir sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a preliminar de nulidade sob o argumento de violação da verdade material** – Afastado, por unanimidade de votos, tendo em vista que o procedimento fiscal foi embasado em informações prestadas pela empresa em sua EFD. Ademais, o contribuinte foi intimado a corrigir a omissão de informações e não se manifestou a respeito. **2. Sobre o argumento de ausência de**

identificação das causas de divergência – critério insuficiente para apurar o fato, violando o art. 142 do CTN – Afastado, por unanimidade de votos, tendo em vista que o método usado já é consagrado pela auditoria fiscal, sendo eficiente e suficiente para apontar a infração em questão e todos os relatórios foram anexados ao auto de infração. **3. Quanto ao pedido de realização de perícia feito pela parte, para apuração da verdade material** - Afastado, por unanimidade de votos, com fundamento no art. 97, I e III, da Lei nº 15.614/2014. **4. No mérito**, resolvem os membros da 4ª Câmara de Julgamento do CRT, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado em sessão pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Ressaltamos que o pedido alternativo da parte para aplicação de norma diversa da consignada no auto de infração não foi acatado, considerando que já se trata de obrigação acessória. **Processo de Recurso nº 1/5275/2017 – Auto de Infração: 1/201715139. Recorrente: GILSON SILVA NEVES. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: Conselheiro MICHEL ANDRÉ BEZERRA LIMA GRADVOHL. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer parcialmente do Recurso Ordinário para decidir sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a preliminar de nulidade sob a alegação de falta de deferimento da espontaneidade** – Afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que não há previsão legal para a espontaneidade, após o início da ação fiscal. **2. No mérito**, resolvem os membros da 4ª Câmara de Julgamento do CRT, por maioria de votos, dar provimento em parte ao Recurso interposto, para modificar a decisão exarada em 1ª Instância e julgar **parcialmente procedente** o feito fiscal, aplicando a penalidade do art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96, com a redação dada pela Lei nº 16.258/2017, aplicando multa de 2%, limitado ao valor de 1.000 Ufircs por período de apuração e deslocando as notas fiscais de folhas 98 a 100 dos autos, para o período da efetiva entrada (dezembro). Vencidos os Conselheiros Michel André Bezerra Lima Gradwohl, relator originário e Dalcília Bruno Soares que se manifestaram pela procedência da autuação, aplicando a penalidade do art. 123, III, “g”, da Lei nº 12.670/96, por ser específica para falta de registro de entrada, respeitado o valor lançado no auto de infração. **3. Quanto ao pedido de compensação de créditos** – foi afastado por maioria de votos, considerando que os requisitos do art. 71 do RICMS não foram preenchidos. Vencido o Conselheiro Fredy José Gomes de Albuquerque, que não conheceu do Recurso interposto no que se refere ao pedido de compensação, por entender que esta matéria não é de competência do Conat. **4. Com relação ao pedido de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151, II, do CTN** – Por unanimidade de votos, a 4ª Câmara não conheceu do recurso interposto com relação ao pedido supracitado, tendo em vista a falta de interesse jurídico da Recorrente. **5. Decisão de parcial procedência** nos termos do primeiro voto divergente e vencedor, proferido pelo Conselheiro Fredy José Gomes de Albuquerque, que ficou designado para lavrar a Resolução, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas conforme manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/5283/2017 – Auto de Infração: 1/201715145. Recorrente: GILSON SILVA NEVES. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE MELO FALCÃO. Decisão:** Na forma regimental, o Sr. Presidente concedeu vista dos autos ao Procurador do Estado, Dr. Rafael Lessa Costa Barboza, a fim de analisar a relação de identidade do caso em questão com precedente da Res. 112/2019, da 4ª Câmara de Julgamento, suscitada pelo Conselheiro Fredy José Gomes de Albuquerque. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado

os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 10 de agosto do corrente ano, às 13h30min. (*treze horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 4ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

José Augusto Teixeira
PRESIDENTE DA 4ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 4ª CÂMARA